

INFORMAÇÃO SEMANAL

	PÁG
✓ FLASH INFORMATIVO	1
✓ NOTÍCIAS DE MERCADOS	2
✓ BOLSA DO PORCO	5
✓ BOLSA DO BOVINO	6
✓ PREÇOS MÉDIOS NA PRODUÇÃO DE PRODUTOS PECUÁRIOS	7
✓ APED FLASH REPORT RETAIL – DEZEMBRO 2017	9
✓ LEGISLAÇÃO NACIONAL E COMUNITÁRIA	12
✓ RECORTES DA IMPRENSA	13

INFORMAÇÃO SEMANTAL

FLASH INFORMATIVO

- **PROTEÍNA:** Plano Europeu avança antes do final do ano, espera-se que seja apresentado em novembro numa conferência de alto nível
- **PAC:** Estados-membros querem uma política de continuidade
- **CULTURAS ARVENSES:** Superfícies europeias com ligeira redução em 2018
- **BOLSA DO PORCO (08/02/18):** Tendência de subida (0.050 €/kg carcaça)
- **BOLSA DO BOVINO (09/02/18):** Manutenção em todas as categorias e classificações, com exceção dos vitelos que sobem 0.05 €/kg de carcaça
- **PREÇOS MÉDIOS DE PRODUTOS PECUÁRIOS (semana de 05 a 11/02/18):**
 - AVES:** Tendência de manutenção no frango vivo; baixa nos ovos
 - BOVINOS:** Tendência de estabilidade, com exceção da subida na vaca de abate em Évora
 - SUÍNOS:** Subida nos porcos e descida nos leitões
 - OVINOS:** Descida acentuada em Coimbra e Castelo Branco e subida em Beja e Évora
- **COTAÇÕES INTERNACIONAIS DE MATÉRIAS-PRIMAS**
- **LEGISLAÇÃO:** Alteração num anexo do Regulamento (CE) 882/2004 no que diz respeito aos laboratórios de referência da EU no domínio dos contaminantes dos alimentos para animais e nos géneros alimentícios
- **RECORTES DE IMPRENSA:** Há comprovativos de despesas em falta nos projetos aprovados de apoio à seca; Governo lança campanha de limpeza do mato

PROTEÍNA – Estratégia e Plano para a União Europeia avançam antes do fim do ano

Exigidos por muitos de nós, sobretudo a partir do momento em que, na sequência da crise da BSE, se perderam as farinhas de carne e osso, depois de muitos estudos e projetos, inclusivamente no quadro do Parlamento Europeu, o Plano Europeu para a Proteína e a Estratégia da União Europeia sobre este importante (e transversal) dossier vão ser uma realidade até final do ano, com uma primeira abordagem ao tema a ter lugar no passado dia 6 de fevereiro, no quadro de um Grupo de Diálogo Civil em que a IACA esteve presente, na qualidade de representantes da FEFAC.

No plano político, o Comissário Phil Hogan vai apresentar as suas ideias aos Ministros da Agricultura no Conselho de 19 de fevereiro, com eventual continuidade no Conselho seguinte.

Certo é que este dossier não pode nem deve ser indiferente às propostas da revisão da PAC – cujos contornos vamos conhecer melhor até final de março – e tem de ser coerente com outras políticas, designadamente os biocombustíveis e os acordos comerciais. Para além destes aspetos, que realçámos perante os técnicos da Comissão, salientámos ainda que se deveria evitar a discussão sobre os OGM e ser realistas com o tema das proteaginosas e a substituição da soja por outras fontes de proteína. Ter em consideração todas as fontes de “apport proteico”, incluindo os cereais (e as pastagens) são outras questões a ter em conta.

Para já, as ONG, sobretudo as ambientalistas, também aprovam a ideia (veremos se a estratégia) e vão defendendo o fim do Blair House, o acordo com os EUA e é evidente que vão insistir nos processos de aprovação de transgénicos e a biotecnologia. E não podemos esquecer a Declaração Europeia da Soja, assinada em julho por 12 Estados-membros (incluindo Alemanha e França; Portugal e Espanha não assinaram) e mais recentemente, na Semana Verde de Berlim, por mais 4 países candidatos à adesão, com a Ucrânia a “querer” beneficiar desta abordagem à proteína sustentável, uma vez que toda a soja que produz, tal como acontece na União Europeia, é não OGM.

Como sabemos, do total de 31.2 milhões de tons de soja utilizados na alimentação animal, apenas 1.5 milhões de tons são produzidos localmente, um potencial que pode chegar rapidamente aos 4 milhões, mas que os responsáveis da “Soja do Danúbio” ou “Soja Europa) referem ser de 15 milhões no horizonte 2025, o que inclui eventuais áreas em Espanha e toda a soja da Ucrânia, para além de outros países europeus. Seja como for, o objetivo do Plano é reduzir a vulnerabilidade e a dependência (crónica) da importação de países como o Brasil, Estados Unidos e Argentina.

Paralelamente a esta iniciativa, como aqui já referimos, o Parlamento Europeu tem uma outra no mesmo sentido, em que se promovem as culturas proteaginosas, solicitando uma ajuda na futura PAC, no quadro do primeiro pilar, destinada a fomentar as leguminosas, como contrapartida de serviços ambientais. Era igualmente importante permitir o regresso da utilização de produtos fitofarmacêuticos nas Áreas de Interesse Ecológico, em que podem ser cultivadas estas culturas, incluindo a soja, em alta na União Europeia, tal como todas as óleo-proteaginosas.

Para já, a FEFAC agendou reuniões bilaterais já esta semana, quer no Gabinete do Comissário, quer com altos responsáveis da Comissão Europeia. Vai ser lançado pela Comissão um questionário para responder até 23 de março, prevendo-se workshops temáticos

a partir de abril sobre inovação, investigação e desenvolvimento, características agronómicas, cadeia de abastecimento e mercado.

Espera-se que em novembro, no âmbito da presidência da Áustria, numa Conferência de Alto Nível, seja apresentado o documento final, com a estratégia que, esperamos, possa ser minimamente consensual e sobretudo coerente com as necessidades da Indústria, fomentando a produção da União Europeia.

Um tema que a IACA vai acompanhar a par e passo e que em Portugal vai ser coordenado pelo GPP!

CULTURAS ARVENSES - Superfícies europeias com ligeira redução em 2018

Na primeira reunião anual deste Grupo de Diálogo Civil (6 de fevereiro) foram ainda apresentadas as previsões de culturas e análise de mercado. Com base nos dados das organizações agrícolas (COPA/COGECA), as superfícies de culturas arvenses na União Europeia deverão estabilizar em 2018.

No que respeita aos cereais, a área semeada deverá recuar 1.4%, situando-se nos 54.9 milhões de hectares, com uma quebra na produção na ordem dos 2.0%. Prevê-se 25.6 milhões de ha de trigo (-2.3%), 12 de cevada (+0.3%), 8.5 de milho (-1.0%), 2.6 milhões de aveia (-1.3%) e 1.9 milhões de hectares de centeio (-0.7%). Estes dados podem ser afetados de forma significativa nos próximos dias, até porque muitos países estão a ser vítimas de inundações e outros, como Portugal e Espanha, têm o drama da seca e da falta de água, inclusivamente com limitações de rega como foi reportado pelo colega espanhol e de Portugal, que vai afetar as produções de milho.

Ao nível das oleaginosas, as superfícies poderão registar uma quebra de 0.2%, situando-se nos 11.8 milhões de hectares. As proteaginosas deverão diminuir 0.4%, fixando-se em 1.1 milhões de hectares.

Por outro lado, de acordo com os dados da Comissão Europeia, no que respeita à campanha 2017/18, ao nível das oleaginosas, a produção deverá situar-se nos 34.9 milhões de tons (+11% que na campanha anterior), dos quais 21.8 Mt de colza (+8.5%), 10.3 Mt de girassol (18.0%) e 2.8 Mt de soja (+13%). As importações de soja estão avaliadas em 5.1 Mt de soja e as de bagaço de soja em 8.3 Mt. A produção de proteaginosas segue em alta, com 5 milhões de tons, um crescimento de 9.6%. Desde 2013, a produção de soja cresceu 121% e as proteaginosas 114%, sublinha a Comissão. É de salientar que estes números não incluem plantas forrageiras como a luzerna, cuja produção comunitária está avaliada em 4 milhões de tons.

No que respeita aos cereais, as estimativas apontam para uma produção de 305.5 milhões de tons, +3% que na campanha de 2016/17, com uma redução de 2.3% nas áreas de cultivo O trigo, com 141.5 milhões de tons está em alta, tal como o milho, com 64.5 milhões. Em quebra estará a cevada, com 58.6 milhões de tons. Um ano particularmente difícil para Espanha, com uma quebra de mais de 30% e a Hungria, na ordem dos -16.0%. Inversamente, em alta estiveram a França e a Roménia, com incrementos da ordem dos 25%, com um bom desempenho da Polónia e Reino Unido e a estabilidade da Alemanha.

Salientam-se aqui as **conclusões** do balanço feito pela Comissão:

- Produção da ordem dos 306 milhões de tons, 3% acima da média das últimas campanhas, devido às boas produtividades do trigo mole e ao record de produções na Roménia, incluindo o milho (primeiro produtor);
- De registar igualmente a redução de 2% da área, para 55.5 milhões de hectares;
- Diminuição das exportações europeias e stocks finais em alta, devido à boa produção;
- Expectativa de consumo em alta devido à alimentação animal.

PAC – Estados-membros querem uma política de continuidade

Com a agenda a ser marcada pela revisão da PAC e pela “novidade” da subsidiariedade, que ainda ninguém sabe como poderá funcionar, os Estados-membros vão preparando as suas orientações políticas e alinhando posições, como foi o caso recente de Portugal, Espanha, Itália e França. Pagamentos diretos, “esverdeamento”, desenvolvimento rural e mercados... a PAC tem de ser revista porque ficou provado que esta reforma em 2013 não serviu para conter a última crise do leite e da carne de porco.

No entanto, não deixa de ser “caricato” que se pretenda a continuidade na política dos mercados quando é evidente que esta tem de ser reformadas para dar resposta à gestão de crises e á volatilidade de preços e rendimentos. E as questões ambientais? E se a PAC não é mais uma política agrícola ou agrária e sim Alimentar, não se pode fazer o “novo com velho”, embora saibamos que não vai ser nenhuma revolução (nunca foi) mas uma evolução. O Comissário e altos responsáveis não se cansam de o dizer.

As próximas discussões vão conduzir a orientações políticas em finais de março, no sentido de, após o orçamento (em maio), a Comissão avançar com as primeiras propostas formais em junho. Os pontos em aberto parecem ser, no essencial, as anteriores questões de fundo: o envelope de ajudas ligadas, a convergência entre Estados-membros, a degressividade das ajudas *versus* plafonamento.

Um velho debate para responder a novos desafios?

Por outro lado, não deixa de ser surpreendente que colocada mais margem de manobra e de decisão nos Estados-membros (a subsidiariedade) exista tanto ceticismo e desconforto.

Em Portugal, é natural, porque tendemos a complicar em termos administrativos e somos pouco flexíveis, mas, afinal, a situação não é muito diferente nos outros países... pelo menos no receio!

Fontes: Agra Europe nº 3 631, DG AGRI/IACA

BOLSA DO PORCO

INFORMAÇÃO SEMANAL

Sessão de 08 de fevereiro de 2018

Subida + € 0.050

FIXADA NESTA SESSÃO

(Euros /KG/Carcaça, Classe E, 57% de músculo, entrada Matadouro)

ÚLTIMAS COTAÇÕES REGISTRADAS NA U.E

PAÍS	DATA	EUROS	Nas Condições para:
Espanha	08 de fevereiro	1.035	Lérida: Euros peso/vivo
França	08 de fevereiro	1.141	Plérin: em Euros, carcaça, TMP.
Holanda	02 de fevereiro	1.263	Utrechtse: em Euros, com 56% de carne
Dinamarca	08 de fevereiro	1.190	Em Coroas DK, convertido em Euros, carcaça, 57% de carne
Alemanha	07 de fevereiro	1.400	Em Euros, carcaça com 56% de carne

* A Bolsa do Porco passará a apresentar apenas a variação de preço

Ver também em: www.bolsadoporco.com

A próxima sessão realizar-se-á no dia 15 de fevereiro de 2018 (quinta-feira), pelas 19 horas

A Mesa de Cotações

BOLSA DO BOVINO

INFORMAÇÃO DE MERCADO

SESSÃO Nº 06 de 09 de fevereiro de 2018

TENDÊNCIA: Manutenção em todas as categorias excepto vitelos, que sobe 0,05€.

Nesta semana, continua a tendência de subida nas vitelas, inferior à das semanas anteriores, de 0,05€, tendo mantido a cotação nas restantes categorias.

Cotações registadas esta semana, em Euros/Kg/Carcaça R

Categoria	Cotação
Novilhos	4.18
Novilhas	4.21
Vitela	4,65
Vacas	2,20

Observações: As cotações estabelecidas na mesa referem-se aos animais vendidos, pagos em função do peso carcaça.

A próxima sessão realizar-se-á na sexta-feira, dia 16 de fevereiro de 2018, pelas 12.15 horas.

A Mesa de Cotações

PREÇOS MÉDIOS NA PRODUÇÃO DE PRODUTOS PECUÁRIOS

BOVINOS - Cotações nos Principais Mercados de Produção

Mercados	Semana Anterior em €	Semana Corrente em €	Variação
Alentejo Litoral (Produção)			
Novilho 12 a 18 meses Cruz. Charolês EUR/Kg P. Carcaça	3,95	3,95	0,00%
Entre Douro e Minho (Produção)			
Novilho 12 a 18 meses Turina EUR/Kg. P. Carcaça	3,20	3,20	0,00%
Vaca Abate Turina EUR/Kg. P. Carcaça	2,20	2,20	0,00%
Vitelo 3 a 6 meses - Turina EUR/Unidade	250,00	250,00	0,00%
Castelo Branco (Produção)			
Novilho 12 a 18 meses Cruz. Charolês EUR/Kg P. Carcaça	3,85	3,85	0,00%
Novilho 12 a 18 meses Turina EUR/Kg. P. Carcaça	3,45	3,45	0,00%
Coimbra (Produção)			
Novilho 12 a 18 meses Cruz. Charolês EUR/Kg P. Carcaça	4,00	4,00	0,00%
Novilho 12 a 18 meses Turina EUR/Kg. P. Carcaça	3,30	3,30	0,00%
Vitelo 3 a 6 meses - Turina EUR/Unidade	275,00	275,00	0,00%
Elvas (Produção)			
Novilho 12 a 18 meses Cruz. Charolês EUR/Kg P. Carcaça	3,80	3,80	0,00%
Guarda (Produção)			
Novilho 12 a 18 meses Cruz. Charolês EUR/Kg P. Carcaça	4,12	4,12	0,00%
Novilho 12 a 18 meses Turina EUR/Kg. P. Carcaça	3,30	3,30	0,00%
Ribatejo (Produção)			
Novilho 12 a 18 meses Cruz. Charolês EUR/Kg P. Carcaça	4,20	4,20	0,00%
Novilho 12 a 18 meses Turina EUR/Kg. P. Carcaça	3,50	3,50	0,00%
Vaca Abate Cruz. Charolês EUR/Kg. P. Carcaça	2,30	2,30	0,00%
Vaca Abate Turina EUR/Kg. P. Carcaça	2,10	2,10	0,00%
Vitelo 3 a 6 meses - Turina EUR/Unidade	290,00	290,00	0,00%
Évora (Produção)			
Novilho 12 a 18 meses Cruz. Charolês EUR/Kg P. Carcaça	4,05	4,05	0,00%
Vaca Abate Cruz. Charolês EUR/KG. P. Carcaça	2,20	2,30	4,55%

OVINOS - Cotações nos Principais Mercados de Produção

Mercados	Semana Anterior em €	Semana Corrente em €	Variação
Alentejo Litoral (Produção)			
Borrego 22 a 28 Kg. Raça não Especificada EUR/KG. P. Vivo	2,80	2,80	0,00%
Alentejo Norte (Produção)			
Borrego 22 a 28 Kg. Raça não Especificada EUR/KG. P. Vivo	2,40	2,40	0,00%
Beja (Produção)			
Borrego 22 a 28 Kg. Raça não Especificada EUR/KG. P. Vivo	2,70	2,85	5,56%
Castelo Branco (Produção)			
Borrego <12 Kg. Raça não Especificada EUR/Kg. P. Vivo	3,00	2,80	-6,67%
Coimbra (Produção)			
Borrego <12 Kg. Raça não Especificada EUR/Kg. P. Vivo	3,50	3,00	-14,29%
Cova da Beira (Produção)			
Borrego <12 Kg. Raça não Especificada EUR/Kg. P. Vivo	3,00	3,00	0,00%
Elvas (Produção)			
Borrego 22 a 28 Kg. Raça não Especificada EUR/KG. P. Vivo	2,70	2,70	0,00%
Estremoz (Produção)			
Borrego 22 a 28 Kg. Raça não Especificada EUR/KG. P. Vivo	2,80	2,80	0,00%
Évora (Produção)			
Borrego 22 a 28 Kg. Raça não Especificada EUR/KG. P. Vivo	2,85	2,90	1,75%
Ribatejo (Produção)			
Borrego 22 a 28 Kg. Raça não Especificada EUR/KG. P. Vivo	2,50	2,50	0,00%

AVES / OVOS - Cotações nos Principais Mercados de Produção

Mercados	Semana Anterior em €	Semana Corrente em €	Varição
Dão - Lafões (Produção)			
Frango Vivo -1,8 Kg. EUR/Kg. P. Vivo	0,84	0,84	0,00%
Ovo a peso 60-68 g EUR/KG	0,95	0,92	-3,16%
Dão - Lafões (Grossista)			
Frango 65% - 1,1 a 1,3 Kg. EUR/Kg. P. Carcaça	1,30	1,30	0,00%
Ovo Classificado L (ovotermo) EUR/Dúzia	1,20	1,15	-4,17%
Ovo Classificado M (ovotermo) EUR/Dúzia	1,15	1,10	-4,35%
Litoral Centro (Grossista)			
Frango 65% - 1,1 a 1,3 Kg. EUR/Kg. P. Carcaça	1,40	1,40	0,00%
Ovo Classificado L (ovotermo) EUR/Dúzia	1,15	1,05	-8,70%
Ovo Classificado M (ovotermo) EUR/Dúzia	1,05	0,95	-9,52%
Médio Tejo			
Ribatejo e Oeste			
Frango Vivo -1,8 Kg. EUR/Kg. P. Vivo	0,80	0,80	0,00%
Ovo a peso 60-68 g EUR/KG	1,05	0,95	-9,52%
Ovo Classificado L (ovotermo) EUR/Dúzia (Grossista)	1,25	1,15	-8,00%
Ovo Classificado M (ovotermo) EUR/Dúzia (Grossista)	1,15	1,05	-8,70%
Perú 80% 5,7 a 9,8 Kg. EUR/KG - P. Carcaça (Grossista)	2,26	2,26	0,00%

SUÍNOS - Cotações nos Principais Mercados de Produção

PORCO Classe E (57%)			
Mercados	Semana Anterior em €	Semana Corrente em €	Varição
Alentejo	1,28	1,29	0,78%
Algarve	1,69	1,71	1,18%
Beira Interior	1,39	1,41	1,44%
Beira Litoral	1,28	1,31	2,34%
Entre Douro e Minho	1,46	1,48	1,37%
COTAÇÃO MÉDIA NACIONAL (*)	1,43	1,45	1,40%

* Cotação com base no volume de abate de cada área de mercado

LEITÕES - Cotações nos Principais Mercados de Produção

Mercados	Semana Anterior em €	Semana Corrente em €	Varição
Leitões até 12 Kg			
Alentejo	3,25	3,17	-2,46%
Algarve	3,17	3,17	0,00%
Beira Litoral	3,33	3,17	-4,80%
Leitões de 19 a 25 Kg.			
Alentejo	1,85	1,85	0,00%

CEREAIS - PREÇOS DO MERCADO INTERNO

Mercados	Semana Anterior em €	Semana Corrente em €	Varição
LISBOA			
Trigo Mole Forrageiro	181,00	181,50	0,28%
Cevada Forrageira (Hexástica)	180,50	183,00	1,39%
Milho Forrageiro	168,50	169,50	0,59%

Semana Anterior : De 29/01 a 04/02/2018

Semana Corrente: De 05 a 11/02/2018

Fonte: SIMA/GPP

Sumário Executivo

- O Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho registou uma variação homóloga de 5,7% (4,9% em novembro).
- Em dezembro de 2017, o Índice de Preços no Consumidor registou uma variação homóloga de 1,5%, taxa idêntica à observada em novembro.
- Neste mês verificou-se uma diminuição do indicador de confiança dos consumidores. Em relação ao indicador de confiança do comércio a retalho apresentou um crescimento.
- Segundo o Banco de Portugal o indicador da atividade económica aumentou 2,6% face ao período homólogo. No mesmo período temporal, o consumo privado cresceu 2,1%.

VENDAS – Índice de Volume de Negócios do Comércio a Retalho

	ALIMENTAR			NÃO ALIMENTAR				
	TOTAL	TOTAL ALIMENTAR	HIPERS E SUPERS	TOTAL NÃO ALIMENTAR	LOJAS NÃO ESPECIALIZADAS	COMBUSTÍVEL	VESTUÁRIO E CALÇADO	CORRESPONDÊNCIA E INTERNET
ÍNDICE AJUSTADO*	5,7%	4,2%	4,3%	6,9%	7,1%	3,9%	11,2%	9,3%
ÍNDICE BRUTO	5,4%	6,5%	6,9%	4,5%	6,7%	8,9%	4,1%	2,5%

Fonte: INE

*Índice deflacionado e corrigido de sazonalidade

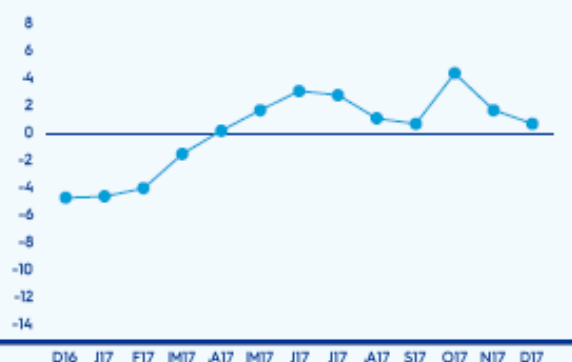
PREÇOS – Índice de Preços no Consumidor

	TOTAL	PRODUTOS ALIMENTARES E BEBIDAS NÃO ALCOÓLICAS	BEBIDAS ALCOÓLICAS E TABACO	ACES. EQUIP. DOMÉST. E MANUT. RECORRENTE HABIT.	VESTUÁRIO E CALÇADO	COMUNICAÇÕES	LAZER, RECREAÇÃO E CULTURA	BENS E SERVIÇOS DIVERSOS
DEZ 2017 VS DEZ 2016	1,5%	2,3%	2,0%	-0,3%	-3,4%	0,1%	0,1%	1,1%
ULTIMOS 12 MESES	1,4%	1,5%	2,6%	-0,5%	-2,4%	2,6%	1,4%	0,8%

Fonte: INE

INDICADOR DE CONFIANÇA

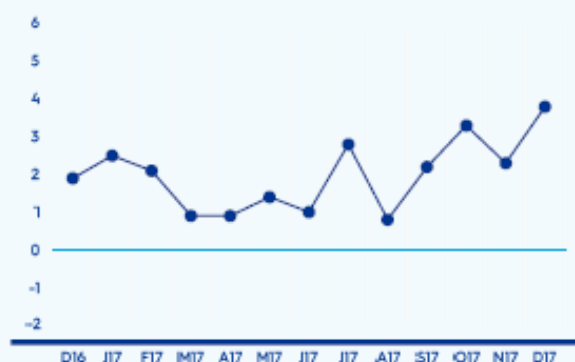
CONSUMIDORES



Fonte: INE

IC ●

COMÉRCIO A RETALHO



Fonte: INE

IC ●

ATIVIDADE ECONÓMICA

INDICADOR COINCIDENTE · Variação face ao período homólogo

	12/16	01/17	02/17	03/17	04/17	05/17	06/17	07/17	08/17	09/17	10/17	11/17	12/17
ATIVIDADE ECONÓMICA	1,8%	2,0%	2,2%	2,3%	2,5%	2,7%	2,8%	2,9%	2,9%	2,9%	2,8%	2,7%	2,6%
CONSUMO PRIVADO	1,9%	2,0%	2,1%	2,1%	2,2%	2,3%	2,4%	2,4%	2,5%	2,4%	2,4%	2,3%	2,1%

Fonte: BANCO DE PORTUGAL

OUTROS FATOS RELEVANTES

- A **premiumização** é uma das principais tendências do mercado de consumo, com a **previsão do aumento das vendas dos produtos premium**, ou seja, os que custam pelo menos 20% mais que a média da categoria. De acordo com um estudo da EAE Business School com base em dados da Deloitte, esta tendência é comum a um amplo conjunto de categorias de produto, incluindo mesmo aqueles de consumo quotidiano. A inclusão de ingredientes ou processos de produção que posicionem os produtos com atributos associados à ecologia, responsabilidade ou sustentabilidade é cada vez mais necessária para que sejam considerados como **premium**. **42% dos consumidores em todo o mundo estão dispostos a pagar mais por produtos feitos com ingredientes orgânicos ou naturais**, 39% por produtos feitos de forma amigável ao ambiente e quase 31% por produtos vinculados a práticas responsáveis em algum âmbito da sua produção ou comercialização.
- Sete em cada dez compradores **online** da Europa já compraram produtos de retalhistas fora do seu país de origem. De acordo com o estudo da UPS 'Europe Pulse of the Online Shopper', a compra fora do país de origem do consumidor é impulsionada pelos preços e pela procura de uma marca ou produto específico.

METODOLOGIA

ÍNDICE DE VOLUME DE NEGÓCIOS DO COMÉRCIO A RETALHO

Os índices são obtidos com base no Inquérito Mensal ao Volume de Negócios e Emprego no Comércio a Retalho, realizado essencialmente por via electrónica (e-mail), junto de unidades estatísticas seleccionadas a partir das empresas sediadas no território nacional, dedicando-se principalmente ao Comércio a Retalho.

VOLUME DE NEGÓCIOS

Valor líquido da faturação no período de referência, relativo às vendas e prestações de serviços a terceiros no mercado nacional.

AJUSTAMENTO DE EFEITOS DE CALENDÁRIO E DA SAZONALIDADE

O ajustamento dos efeitos de calendário e da sazonalidade é efetuado com modelos probabilísticos do tipo "Autoregressive Integrated Moving Average" (ARIMA). O ajustamento pressupõe que se mantenha relativamente estável a influência deste tipo de efeitos sobre as séries brutas.

CATEGORIAS:

Comércio não alimentar em lojas não especializadas - comércio a retalho em estabelecimentos que comercializam uma ampla variedade de bens entre os quais não predominam os bens alimentares, as bebidas e o tabaco.

Por correspondência e Internet - compreende o comércio a retalho em que se oferece ao consumidor a possibilidade de encomendar pelo correio, telefone, televisão ou outro meio de comunicação, os bens ou serviços divulgados através de catálogos, revistas, jornais, impressos, ou quaisquer outros meios gráficos ou audiovisuais. Inclui comércio a retalho e leilões, via Internet.

PREÇOS - IPC

O índice de Preços no Consumidor (IPC) mede a evolução temporal dos preços de um conjunto de bens e serviços representativos da estrutura de despesa de consumo da população residente em Portugal. É importante ter presente que o IPC não é um indicador do nível de preços mas antes um indicador da respetiva variação.

CATEGORIAS:

Acessórios, equip. doméstico e manut. corrente da habitação - mobiliário e acessórios, reparação de mobiliário e acessórios, têxteis de uso doméstico, equipamento doméstico, reparação de equipamento doméstico, vidros, loiças e outros utensílios de uso doméstico, ferramentas e equipamento para casa e jardim.

Comunicações - serviços postais, equipamento telefónico e de telecópia, serviços telefónicos e de telecópia

Lazer, recreação e cultura - equipamento audiovisual, fotográfico e de processamento de dados, outros artigos e equipamentos recreativos, jardinagem, animais de estimação e produtos relacionados, serviços recreativos e culturais, jornais, livros e artigos de papelaria, férias organizadas

Bens e serviços diversos - salões de cabeleireiro e estabelecimentos de cuidados pessoais, aparelhos elétricos para cuidados pessoais, outros aparelhos, artigos e produtos para cuidados pessoais, artigos de joalharia e relógios, outros artigos pessoais, proteção social, seguros, serviços financeiros, outros serviços.

INDICADOR DE CONFIANÇA

O INDIC. DE CONFIANÇA DOS CONSUMIDORES

Resulta da média aritmética dos saldos de respostas extremas das seguintes questões:
Em sua opinião, a situação financeira do seu lar (agregado familiar), nos próximos 12 meses irá: 1. Melhorar muito, ...5. Piorar muito.
Em sua opinião, a situação económica geral do País, nos próximos 12 meses irá: 1. Melhorar muito, ... 5. Piorar muito.
Em sua opinião, nos próximos 12 meses, o desemprego no País, irá: 1. Aumentar muito, ... 5. Diminuir muito.
Nos próximos 12 meses pensa que, pessoalmente lhe será possível poupar/pôr algum dinheiro de lado: 1. Sim, de certeza absoluta, ...4. Não, de certeza absoluta.

O INDIC. DE CONFIANÇA DO COMÉRCIO A RETALHO

Resulta da média aritmética dos saldos de respostas extremas das seguintes questões:
Considera que, nos últimos três meses e excluindo os movimentos de carácter sazonal, as vendas da vossa empresa: 1. Aumentaram, 2. Estabilizaram, 3. Diminuíram. Excluindo os movimentos de carácter sazonal, pensa que a atividade da empresa nos próximos três meses poderá: 1. Melhorar, 2. Manter-se, 3. Deteriorar-se. O nível de existências em armazém, tendo em conta a época do ano, pode considerar-se atualmente: 1. Acima do normal, 2. Normal, 3. Abaixo do normal.

SALDO DE RESPOSTAS EXTREMAS

Diferença entre a percentagem de respostas de valoração positiva ("aumentou", "melhorou muito", "superior ao normal", "boa", "sim, de certeza absoluta", etc.) e as de valoração negativa ("diminuiu", "piorou um pouco", "muito desfavorável", "provavelmente não", etc.).

ATIVIDADE ECONÓMICA

INDICADOR COINCIDENTE DA ATIVIDADE ECONÓMICA

O indicador composto supracitado utiliza oito séries diferentes revelando-se uma medida bastante abrangente da economia. Para além do PIB, as outras séries seleccionadas foram as seguintes: volume de vendas no comércio a retalho (Inquérito ao comércio a retalho), vendas de veículos comerciais pesados, vendas de cimento, índice de produção da indústria transformadora, situação financeira das famílias (Inquérito aos consumidores), novas ofertas de emprego e uma proxy do enquadramento externo.

Através deste indicador é possível obter estimativas atempadas bastante informativas acerca do estado da economia. Assim, o indicador coincidente permite uma avaliação da atividade económica atempada e numa frequência elevada.

INDICADOR COINCIDENTE DO CONSUMO PRIVADO

O indicador coincidente do consumo privado utiliza informação de natureza quer quantitativa quer qualitativa, constituindo uma medida sintética acerca da evolução do consumo privado. Além do consumo privado real, as séries escolhidas para a composição deste indicador foram as seguintes: índice de volume de negócios no comércio a retalho, vendas de veículos ligeiros de passageiros, volume de vendas no comércio a retalho (Inquérito Mensal de Conjuntura ao Comércio), dormidas em estabelecimentos hoteleiros de residentes em Portugal, índice de volume de negócios na indústria de bens de consumo no mercado interno, situação financeira das famílias e situação económica geral (Inquérito Mensal de Conjuntura aos Consumidores).

LEGISLAÇÃO NACIONAL E COMUNITÁRIA

Diário da República
Nº 026 – I Série – 06 de fevereiro de 2018

Resolução da Assembleia da República n.º 34/2018:

Cria uma Comissão Eventual de Acompanhamento do Processo de Definição da «Estratégia Portugal 2030» no âmbito do Quadro Financeiro Plurianual pós-2020 [PDF](#)

Diário da República
Nº 028 – I Série – 08 de fevereiro de 2018

Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 4/2018/M:

Apresenta à Assembleia da República a proposta de lei que procede à alteração do Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro, na sua redação atual, que aprovou o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado [PDF](#)

Diário da República
Nº 029 – I Série – 09 de fevereiro de 2018

Resolução do Conselho de Ministros n.º 11-A/2018:

Apresenta à Assembleia da República a proposta de lei que procede à alteração do Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro, na sua redação atual, que aprovou o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado [PDF](#)

Diário da República
Nº 030 – I Série – 12 de fevereiro de 2018

Portaria n.º 46/2018:

Procede à alteração de várias portarias do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR2020) [PDF](#)

Jornal Oficial da União Europeia
L 036 – 09 de fevereiro de 2018

Regulamento (UE) 2018/192 da Comissão de 8 de fevereiro de 2018,

Que altera o anexo VII do Regulamento (CE) 882/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito aos laboratórios de referência da UE no domínio dos contaminantes dos alimentos para animais e nos géneros alimentícios [PDF](#)

RECORTES DA IMPRENSA

AGROnegócios

06.fevereiro.2018

COLÓQUIO NACIONAL DO MILHO APRESENTA ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO DE CEREAIS

O 9º Colóquio Nacional do Milho reuniu, a 7 e 8 de fevereiro, na Póvoa do Varzim, mais de 450 especialistas nacionais e internacionais para um debate alargado sobre a situação atual e perspetivas futuras do mercado do leite.

Durante o evento, organizado pela ANPROMIS - Associação Nacional dos Produtores de Milho e Sorgo, foi apresentada em primeira mão a Estratégia Nacional para a Promoção da Produção de Cereais, na qual o milho é uma cultura chave.

Num momento em que o setor nacional e europeu do leite atravessa uma profunda crise, a ANPROMIS - Associação Nacional dos Produtores de Milho e Sorgo pretende contribuir com uma reflexão sobre as estratégias necessárias para que o mercado dos laticínios alcance um equilíbrio de longo prazo.

Participam no debate especialistas nacionais e internacionais, em representação da produção e da distribuição de leite e responsáveis pelas políticas públicas do setor.

O milho é por excelência a base da dieta alimentar das vacas leiteiras. No Colóquio foram abordados os desafios técnicos da produção de milho silagem na perspetiva do aumento da rentabilidade das explorações leiteiras e da melhoria da qualidade do leite, intimamente relacionada com a qualidade do milho.

O Colóquio serviu como rampa de lançamento da Estratégia Nacional para a Promoção da Produção de Cereais, um documento de orientação que a fileira dos cereais propõe para os próximos 5 anos, numa ótica do necessário aumento do grau de autoaprovisionamento em cereais, que ronda atualmente os 30%, sendo um dos mais baixos da União Europeia.

O Grupo de Trabalho para a Promoção da Produção Nacional de Cereais, criado por Despacho do Ministro da Agricultura em junho de 2017, tem como missão propor a estratégia nacional e o plano de ação para a promoção do desenvolvimento da cultura dos cereais em Portugal, visando inverter a tendência de diminuição da produção que se verificou nos últimos anos.

«Estamos certos que a nona edição do Colóquio Nacional do Milho marcará o início de um ponto de viragem no panorama atual da produção de milho em Portugal. O trabalho conjunto que a fileira dos cereais iniciou há cerca de 8 meses com o Ministério da Agricultura deu origem a um documento orientador vital para a sustentabilidade futura da produção de cereais em Portugal», afirma José Luís Lopes, presidente da ANPROMIS.

Fonte: Agronegócios

AGROnegócios

06.fevereiro.2018

LEITE: QUEDA DO CONSUMO DEVE-SE A «DESINFORMAÇÃO»

Em declarações à Lusa a propósito dos três anos do fim das quotas leiteiras - que se assinalam em março -, o secretário-geral da Federação Nacional das Cooperativas de

Produtores de Leite (Fenalac), Fernando Cardoso, sublinhou que as bebidas alternativas não possuem características semelhantes às do leite.

«Há um conjunto de bebidas que tem toda a legitimidade para estar no mercado, mas tentam passar para a opinião pública [que têm] características próximas do leite que, na verdade, não têm. São produtos altamente processados, resultam de um processo industrial que não tem nada a ver com o leite», disse.

O presidente da Associação dos Produtores de Leite de Portugal (Aprolep), Jorge Oliveira, disse, por sua vez, que atualmente existe uma «pressão» das proteínas alternativas, que leva a que estes produtos tenham aumentos de consumo anuais que, por vezes, «já chegam aos dois dígitos».

Uma opinião partilhada pelo presidente da Associação Nacional dos Industriais de Laticínios (ANIL), Paulo Leite, que disse que o decréscimo é também justificado pela difusão de mensagens «infundadas e injustas», que têm como objetivo «denegrir» a imagem do leite.

Porém, Paulo Leite diz que, em 2017, o ritmo de queda do consumo já foi inferior ao registado nos períodos anteriores.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), em 2005 o consumo de leite 'per capita' (quilogramas por habitantes) foi de 90,8 quilos, de queijo 10,2 quilos e de manteiga 1,8 quilos. Em 2016 o consumo destes produtos passou para 73,9 quilos, 12 quilos e 1,7 quilos, respetivamente.

No que concerne à produção, no total, foram produzidos 1.982.015 litros de leite em 2012, 1.894.463 em 2013, 1.981.547 em 2014, 2.049.809 em 2015 e 1.959.333 em 2016.

Fonte: Agronegócios

AGRICULTURA E MAR Actual

11.fevereiro.2018

APOIO À SECA: 1.300 PROJECTOS APROVADOS MAS HÁ COMPROVATIVOS DE DESPESA EM FALTA

O ministro da Agricultura, Luís Capoulas Santos, revela que dos fundos para apoiar os agricultores na seca, “dos cerca de 1.500 projectos que foram apresentados, estão neste momento aprovados cerca de 1.300”. O governante falava no final da reunião da Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca, em Lisboa, no passado dia 8 de Fevereiro.

Controlo rigoroso dos fundos

Contudo, devido a falta de entrega de comprovativos de despesa pelos agricultores, apenas “há cerca de um milhão de euros executado” dos 15 milhões disponibilizados para apoiar os agricultores na seca.

Os dinheiros para estes apoios provêm de “fundos comunitários que têm uma gestão rigorosa e os pagamentos são efectuados contra o pagamento das despesas” que os agricultores têm de entregar para poderem ser ressarcidos, realça o ministro.

Fonte: [Agricultura e Mar Actual](#)

12.fevereiro.2018

GOVERNO APELA À LIMPEZA DO MATO ATÉ 15 DE MARÇO E LANÇA CAMPANHA

O Ministério da Administração Interna e o Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural lançam o apelo: “Até ao dia 15 de Março, os proprietários devem limpar os seus terrenos numa faixa de 50 metros à volta das casas e nos 100 metros à volta das aldeias”.

E lançaram uma campanha. https://youtu.be/p_SJQXhcSG8

O objectivo do apelo “é o de aumentar a segurança das pessoas e bens”, diz fonte governamental.

Segundo a campanha em curso, a “gestão do combustível florestal junto às casas e aos aglomerados populacionais é vital para evitar tragédias como as que aconteceram em Junho e Outubro de 2017”.

As perguntas e respostas da campanha

O que significa “gestão de combustíveis”?

Entende-se por gestão de combustíveis a redução de material vegetal e lenhoso de modo a evitar a ignição e a dificultar a propagação do fogo na vertical (do estrato herbáceo para os matos e destes para as copas) e na horizontal (ao longo dos diferentes estratos). Em síntese, significa cortar as ervas, os arbustos e as árvores, em algumas áreas, de forma a minimizar o risco face aos incêndios.

A gestão de combustíveis protege-me?

Sim e às outras pessoas também. Quando o fogo atinge as áreas em que foi realizada a gestão de combustíveis, a propagação do incêndio fica dificultada. Com esta prática, as habitações, bem como toda a sua envolvente, ficam mais seguras e protegidas.

Por outro lado, a gestão de combustíveis facilita a acessibilidade dos bombeiros e outros operacionais, tornando a sua intervenção mais eficaz e segura.

A gestão de combustíveis protege a floresta?

No caso de um incêndio de grandes dimensões, esta prática reveste-se de extrema importância pois garante a descontinuidade do material combustível, dificulta a propagação do incêndio e diminui a sua intensidade, permitindo ainda uma maior eficácia para o combate.

Também a gestão de combustíveis ao longo das estradas cria melhores condições para evitar a progressão do fogo e permite o acesso e circulação.

Onde fazer a gestão de combustíveis?

É obrigatório proceder à gestão de combustíveis numa faixa mínima de 50 metros à volta das edificações ou instalações (habitações, estaleiros, armazéns, oficinas, fábricas ou outros equipamentos) inseridas nos espaços rurais ou florestais. Esta faixa é medida a partir da alvenaria exterior da edificação. Este ano, o prazo para esta gestão de combustível termina a 15 de Março.

No caso dos aglomerados populacionais (10 ou mais casas) esta faixa de protecção estende-se até aos 100 metros.

De quem é a responsabilidade pela gestão de combustíveis?

São obrigados a fazer a gestão de combustível todos os proprietários, arrendatários, usufrutuários e entidades que detenham terrenos inseridos nas áreas referidas anteriormente, mesmo que não sejam os proprietários das edificações.

São igualmente obrigados a fazer a gestão de combustível as entidades responsáveis pelas redes rodoviária, ferroviária, eléctrica, entre outras, bem como as entidades gestoras de áreas industriais, parques de campismo, centros logísticos e outras infra-estruturas.

A minha casa é junto à floresta, tenho de cortar as árvores todas do meu jardim?

A gestão de combustível não significa eliminar toda a vegetação. Uma árvore, desde que podada e localizada a uma distância entre copas de 4 metros de outras árvores e a mais de 5 metros da casa, pode ser mantida. Devem ser evitadas espécies de elevada inflamabilidade na área envolvente da casa.

O meu vizinho não limpou o terreno ao lado da minha casa. A GNR já levantou o auto de contra-ordenação. O que posso fazer?

Até 31 de Maio de 2018, as câmaras municipais garantem a realização de todos os trabalhos de gestão de combustível, devendo substituir-se aos proprietários e outros produtores florestais em incumprimento, procedendo à gestão de combustível prevista na lei. Para o cumprimento da execução coerciva dos trabalhos que se mostrem necessários ao pleno cumprimento das medidas preventivas, as câmaras municipais contam com a colaboração das forças de segurança.

Junto à minha casa, dentro do perímetro urbano, há um terreno cheio de silvas densas, do qual desconheço o proprietário. O que devo fazer?

Deverá alertar as autoridades competentes para tal situação, nomeadamente a Câmara Municipal. Pode ainda usar o número de telefone 808 200 520 para reportar a situação.

Tenho um pinhal cuidado mas que está muito distante das casas e das estradas. É um pinhal adulto plantado com distância de 2m de copa. Tenho de abater as árvores?

Não. Neste caso não é obrigatório fazer a gestão de combustível.

Tenho uma parcela de floresta que fica junto de um aglomerado populacional. Ao fazer a gestão de combustível, a quantos metros das casas podem ficar as primeiras árvores?

Cabe aos proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que, a qualquer título, detenham terrenos inseridos na faixa de 100 metros envolvente da aldeia, a gestão de combustível nos respetivos terrenos. Não poderão existir árvores a menos de 5 metros das casas.

A minha casa fica no perímetro florestal e num dos lados tem uma estrada. Os 50m contam mesmo depois da estrada?

Ao longo da estrada de acesso particular a uma edificação deverá ser feita uma faixa de gestão de combustível de 10 metros ou superior para cada um dos lados. Apesar de existir a estrada, a gestão de combustível deverá abranger um raio de 50 metros, medidos a partir da casa.

Como devo limpar? Basta cortar os arbustos ou tenho de ter a terra à vista?

O coberto arbóreo deve, sempre que possível, ter copas que se distanciem entre si pelo menos 4 metros e ter a base das copas à altura mínima de 4 metros.

Deve ser garantida a descontinuidade horizontal dos combustíveis ao longo das faixas de gestão de combustível.

Há um estaleiro cheio de combustível e outros materiais inflamáveis junto da minha casa, que fica próxima da floresta. O que devo fazer?

Deverá alertar as autoridades competentes para tal situação. Pode ainda usar o número de telefone 808 200 520 para reportar a situação.

Fonte: [Agricultura e Mar Actual](#)